

Ministério põe em marcha planos de recuperação

O alunos em dificuldade no 2º Ciclo vão ser obrigados a entrarem em planos de recuperação nos segundo e terceiro ciclos. A medida entra em vigor este ano com o objectivo de diminuir o número de alunos que deixam a escola sem o 9º ano.

(10:02 / 11 de Outubro 05)

O Ministério da Educação pretende que os alunos com taxa de insucesso significativa no 2º Ciclo integrem planos de recuperação que serão elaborados pelas escolas, uma medida que deverá vigorar a partir do segundo período deste ano lectivo.

Estes planos de recuperação são aplicados nos segundo e terceiro períodos escolares para alunos com um número de negativas que não os permitam transitar de ano, ou seja, três ou mais.

Nestes deverão constar os períodos lectivos suplementares de disciplinas em que os resultados sejam negativos ou aulas de organização de estudo e de métodos de trabalho.

«Os alunos que reprovarem no final do ano terão no próximo ano um plano de acompanhamento também obrigatório a estabelecer pelo respectivo conselho de turma e escola», acrescentou o secretário de Estado da Educação.

Em declarações à TSF, Valter Lemos indicou ainda que está reservada uma avaliação específica para aqueles que repetirem uma reprovação.

Estes poderão vir a ser orientados para cursos de educação/formação, que são «cursos de formação que permitam que os alunos terminem a sua escolaridade obrigatória com uma qualificação profissional».

Valter Lemos explicou ainda que estes cursos poderão ainda permitir ao aluno continuar os seus estudos ou uma profissão caso decidam ingressar na vida activa.

O secretário de Estado da Educação assinalou ainda que há já bastantes escolas a funcionarem com este modelo e que aí já se obtêm bons resultados.

«Vamos como é óbvio generalizar essas boas práticas em todas as escolas», acrescentou Valter Lemos, que esclareceu que estas medidas não envolvem o aumento do horário dos professores.

«Existem horas especificamente previstas para esta actividade e desde há vários anos uma organização de trabalho horário, que estabelece a existência de uma ou duas horas especificamente para o trabalho de recuperação, poio e recuperação de alunos», esclareceu.

Com estas medidas, o Ministério pretende combater as taxas de insucesso escolar no ensino básico, onde entre 15 a 17 mil alunos abandonam a escola sem completarem o 9º ano.

O Ministério está ainda a envidar esforços para continuar a alargar o número de cursos de educação e formação alternativos ao ensino básico tradicional e que permitam equivalência ao 9º ano.

A Confederação das Associações de Pais ficou satisfeita com o facto de o Ministério da Educação querer pôr em marcha planos de recuperação para alunos com mais de três negativas no Ensino Básico.

Em declarações à TSF, Albino Almeida defendeu que esta medida já prevista na lei de alguma prova deve ser acompanhada e avaliada pelo Ministério.

«Deve ser pensando nos casos de sucesso que o secretário de Estado, e bem, quer alargar a prática a outras escolas no sentido de garantir que os alunos tenham uma escolaridade efectiva e não só obrigatória do ponto de vista legal», acrescentou.

O dirigente desta confederação incentivou ainda todas as escolas a fazerem um levantamento dos alunos que necessitam deste tipo de apoio para que se rentabilize melhor o trabalho dos professores.

Por seu turno, os sindicatos de professores ficaram surpreendidos com esta medida por parte do Ministério, apesar de as considerarem positivas.

«Precisamos de saber como está a ser pensada. É necessário que o Ministério da Educação pensasse nos professores. Precisamos de os motivar. Como é possível com uma medida nova obter novos resultados mais positivos? Era isso que importante que acontecesse», disse Augusto Pascoal, da FENPROF.

Já João Dias da Silva notou que em algumas escolas estas aulas de recuperação poderão não ser possíveis devido à falta de salas.

«É necessário fazer com que os espaços físicos das escolas não estejam ocupados apenas com aulas curriculares. Nalguns casos terá de haver investimento em instalações, nomeadamente em zonas onde as instalações escolares são insuficientes», acrescentou o sindicalista da FNE.

TSF – 11.10.05